



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS ARAPIRACA
Curso de Administração Pública

Reunião ordinária do colegiado do curso de Administração Pública da UFAL/*campus* Arapiraca

Às dezesseis horas e dez minutos do dia vinte de março do ano de dois mil e vinte e três, os representantes do Colegiado do curso de Administração Pública Bacharelado do Campus Arapiraca que assinam essa ata estiveram conectados na reunião on-line convocada pelo coordenador deste Colegiado. São eles os seguintes docentes: Rodrigo Pereyra de Sousa Coelho, Fabiana de Cássia de Araújo Silva, Anderson Henrique dos Santos Araújo, José Rodolfo Tenório Lima, Paulo Everton Mota Simões; além do representante dos técnicos administrativos Djalma Rodolfo da Silva Lós. Esteve presente também o docente convidado Marconi Tabosa de Andrade. Para reunião foram apresentados os seguintes pontos de pauta: 1. Informes gerais; e 2. Novo colegiado do curso de administração pública; 3. Concurso para professor adjunto para o curso de Administração Pública. Nos informes foi apresentada a parceria entre o curso e a Prefeitura Municipal de Arapiraca que está ocorrendo dentro do contexto da Atividade Curricular de Extensão (ACE) I, disciplina ministrada pelo professor Marconi Tabosa de Andrade. A parceria está atuando no Diagnóstico Socioeconômico de um bairro da cidade. O projeto está sendo frutífero e pode ser uma ponte para a elaboração de diversos Trabalhos de Conclusão de Curso que tratariam dos dados levantados na parceria, além de poder ser aprimorado e intensificado. Com relação ao novo colegiado, foi apresentada a Portaria PROGRAD nº 15/2023 que designou o Colegiado do Curso de Graduação em Administração Pública (Bacharelado) Campus Arapiraca /UFAL. O presente mandato compreende o biênio de abril/2023 a abril 2025. O coordenador do antigo colegiado foi parabenizado pelos avanços conquistados durante o biênio anterior. Por fim, com relação ao concurso para professor adjunto do curso, foram discutidos três pontos necessários para a solicitação de abertura de 01 vaga de Professor do Magistério Superior para a área de estudo Direito Público, considerando o código de vaga desocupado em virtude de remoção do docente Renato Miranda para o CECA. Antes do início dos debates, foi informado que na reunião ordinária do Conselho Provisório do Campus de Arapiraca, ocorrida em 15 de março de 2023, foi solicitado que os cursos se organizem para organizar bancas, supervisão do concurso e responsável pela gravação do certame em função das restrições orçamentárias da UFAL. O primeiro ponto debatido pelo Colegiado diz respeito ao perfil necessário para ocupar a vaga. O colegiado decidiu retomar das definições válidas para o edital de redistribuição que foi lançado em 2022, mas definindo com maior precisão o perfil exigido para o mestrado. Como resultado, o perfil final aprovado pela reunião foi: Graduação em direito; Mestrado em Direito ou Sociologia ou Ciência Política ou Serviço Social ou Relações Internacionais ou Administração Pública ou Administração ou Ciências Contábeis ou Ciências Sociais ou Engenharia de Produção ou Ciências Econômicas ou Sistemas de Informação ou Gestão Pública ou Gestão de Políticas Públicas ou Gestão Social; Doutorado em Direito ou Sociologia ou Ciência Política ou Administração ou Administração Pública ou Gestão de Políticas Públicas ou Políticas Públicas ou Serviço Social ou Relações Internacionais. Um segundo tópico definido foi o rol de disciplinas que o aprovado estará apto a lecionar no curso. Foram definidas as seguintes disciplinas: Instituições de Direito Público e Privado, Direito Administrativo, Legislação Tributária, ACE I / Projeto / 1ª Semestralidade, Metodologia e Projeto de Pesquisa, ACE I / Projeto / 2ª Semestralidade, ACE II / Projeto / 1ª Semestralidade, Licitações e Contratos, ACE II / Projeto / 2ª Semestralidade, ACE III / Evento, ACE IV / Produto, Direito Municipal,



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS ARAPIRACA
Curso de Administração Pública

Relações Étnico-raciais e de Gênero, Relações Internacionais e Políticas Públicas, Negociação e Arbitragem. O terceiro ponto tratado foi referente aos pontos com os conteúdos que deverão constar no concurso. Foi definido que para as quatro disciplinas obrigatórias do curso que são ligadas à área do direito (a saber, Instituições de Direito Público e Privado, Direito Administrativo, Legislação Tributária, Licitações e Contratos) devem ser retirados dois pontos referentes a cada disciplina. E que para as disciplinas optativas Direito Municipal e Relações Étnico-raciais e de Gênero devem ser retirados um ponto referente a cada disciplina. Ao final dos debates, o rol de 10 pontos aprovados pelo Colegiado para serem abordados no concurso é: Formas de Estado, formas de Governo e sistemas de Governo; Conceito de Estado: origem, formação e elementos; Poderes Administrativos, Organização e Órgãos Administrativos; Responsabilidade civil da administração pública e Crimes contra a administração pública; Hipótese de incidência, fato gerador e obrigação tributária; Espécies de tributos, Legislação financeira e orçamentária; A materialização dos princípios da Administração Pública nos procedimentos licitatórios; As principais características dos contratos públicos e a responsabilidade por sua execução; Direito Municipal: Competência e Meios de ação (Servidores municipais, bens públicos municipais e Administração dos bens municipais); Políticas Públicas para Igualdade Racial: a lei de cotas. Sendo esses os assuntos tratados, e inexistindo qualquer outra manifestação, deu-se por encerrada a reunião às dezoito horas e trinta e cinco minutos.

Rodrigo Pereyra de Sousa Coelho

Fabiana de Cássia de Araújo Silva

Anderson Henrique dos Santos Araújo

José Rodolfo Tenório Lima

Paulo Everton Mota Simões

Djalma Rodolfo da Silva Lós